

## RELATÓRIO

As "conversações" entre a nossa delegação e a delegação portuguesa teve início na 2ª feira dia 15 às 14h 25m TEG tendo continuado no dia 16 e terminado no dia 18.

A nossa delegação as conversações era composta dos seguintes camaradas:

1. CONSTANTINO TEIXEIRA
2. JOSÉ ARAÚJO
3. JÚLIO CARVALHO
4. MÁRIO CABRAL
5. LAI SECK

A parte portuguesa apresentava a seguinte constituição:

1. BRIG. CARLOS FABIÃO - encarregado do Governo
2. COM. ALMEIDA *de Eça* - Comandante da Marinha
3. TEN. COR. MORGADO - Chefe do Estado Maior
4. MAJOR CARVALHO FIGUEIRA - Assuntos Cíveis
5. -" HUGO SANTOS - Delegado do M.F.A.
6. -" ORNELAS - Assuntos Políticos
7. COM. PATRÍCIO - Comandante do C.O.P. 5
8. CAPITÃO PAULINO FARIA - Adjunto do encar. governo
9. ALFERES BRANCO - Adjunto do C.O.P. 5

Há a registar que estiveram sempre presentes os camaradas JUVÊNCIO GOMES e MARCOS LOPES nossos representantes junto ao Governo da Guiné.

Começou-se pela apresentação dos presentes, de parte a parte com desejos mútuos de bom trabalho e do sinal de boa vontade que representava o encontro fazendo-se votos para que tudo decorresse num ambiente de franca compreensão.

A seguir o camarada ARAÚJO situou o contexto em que deveria decorrer a reunião que não se tratava de negociações que haviam sido interrompidas em Alger por discordância nalguns aspectos necessitando-se do conhecer alguns elementos.

Tratava-se tão só de tentar resolver no terreno os problemas criados pelas condições de tréguas em que se vive neste momento. Não obstante estávamos interessados também em problemas políticos se a delegação portuguesa possuísse resposta para alguns dos pontos levantados durante as negociações de Londres e Alger.

Da intervenção do brig. Fabião ressaltava que não vinham preparados para discutir os aspectos políticos mas as condições de realização de  
... / ...

modus vivendi tendo como base a retracção e evacuação das tropas de ocupação portuguesa.

Era notória a preocupação das autoridades portuguesas de evitar qualquer confrontação que pudesse recomeçar o conflito afirmando que havia ordens estricatas de não combater estando os seus carros e aviões desarmados.

Realçavam que os ultimatus feitos pelos nossos camaradas no Leste estavam a ser prejudiciais que não queriam fazer terra queimada mas manter todas as infra-estruturas existentes. Devido ao ultimatum houve um prejuizo de 100 contos sobretudo em medicamentos mas mesmo em Gadamael onde se fizera com ordems houve roubos de grande importância.

Pedia portanto a parte portuguesa que se estabelecesse uma ordem de prioridades nas evacuações.

Após uma troca de impressões em que definimos o que seria o reconhecimento, o que representava a cooperação futura entre nós e Portugal, como uma via para a cooperação com toda a Africa e talvez o terceiro mundo, informar da existência duma via de contacto entre nós e o Governo de Portugal da diferença entre o nosso reconhecimento (que estava feito) e a admissão à ONU, da nossa opinião favorável em relação à moção do MPA da Guiné passou-se a discussão da retirada gradual das tropas de ocupação.

Apresentaram propostas de alguns pontos que poderiam sair de imediato em número de 12 apresentando uma lista de 7 quartéis dos quais escolheríamos dois. Pediram, para facilitar a retirada e a abertura de algumas estradas e a livre circulação num determinado número de estradas e rios que indicaremos abaixo.

Prometemos ir estudar e apresentar então uma lista no dia seguinte.

No final da reunião da segunda feira levantou a parte portuguesa questões sobre a circulação monetária, as ligações entre localidades, o reabastecimento.

Queriam saber o que decidiramos sobre colocar um vice-Presidente na Câmara e um comandante de Polícia além de que sugeriam que se colocasse um economista que se iria integrando na problemática nacional.

Fez-se ver que esse problemas dependiam de assinatura de acordo do cessar - fogo e do reconhecimento da República da Guiné-Bissau.

A reunião do dia 16/7 dividiu-se em três etapas.

A primeira consistiu na apresentação da nossa proposta de quartéis a sair até fins de Setembro conforme pedido da delegação portuguesa dem mais um mês devido às chuvas, as limitações de meios de transporte, às marés (grande parte dos quartéis são do Sul) e às vias a reparar e capacidade de alojamento dos quartéis.

Os quartéis a sair (ou já saídos) até 16 de Agosto são os seguintes: MATO DE CÃO, MORCUNDA, BURUNTUMA, CANQUELIFÁ, CAMECONDE, GADAMAEL, TORHUGUÉ, CAPAL, GAFINE, CUBUMBÁ e NOVA SINTRA, CUMBIJÁ e CULBIA.

Até fins de Agosto sairão de Cacine e provavelmente de Cabedú que na ... / ...

pior das hipóteses sairá nos primeiros dias de Setembro.

Até fins de Setembro devem sair mais os seguintes quartéis do Sul: CADIQUE e CABOXANQUE.

No Norte saem os seguintes quartéis até fins de Setembro: SEDENGAL, JUMBEMBEM, GAMBADJU, JOINETE e NAGA/BISSUM.

Há o compromisso dos portugueses de reduzirem até ao fim do ano a 50% os seus efectivos em soldados europeus que são neste momento da ordem dos 20.000 homens. Comprometeram-se a procurar agir mais rapidamente do que os prazos previstos.

No entanto quando apresentamos a proposta dos locais que queríamos que abandonassem pediram-nos algum tempo para se reunirem e discutirem a nossa proposta.

Deu-se início portanto à segunda fase da reunião que consistiu numa serie de problemas postos pelo major FIGUEIRA a saber: 1) fazer um comunicado para tranquilizar os funcionários e comerciantes. Achou-se que estava bem mas que a acção devia coincidir com alguns progressos da nossa rádio no mesmo sentido que eles poderiam retomar. Prometeu-se que na mensagem de 3 de Agosto feito pelo camarada Secretário Geral ou pelo Presidente do Conselho de Estado se abordaria o assunto. Achamos conveniente uma reunião entre a Direcção do Partido e altos funcionários, representativos da classe. 2) Quanto aos vinculos existentes disse-se que se deveria regular tudo durante as negociações no entanto pensava-se que em relação aos funcionários que iam saindo da zona controlada pelos portugueses se deveria proceder a semelhança do que se fizera em relação aos milicianos ou seja manter os vencimentos e outros porventos até Dezembro inclusivé.

3) Que circularia o dinheiro português nas zonas recém-deixadas e que nos garantiríamos os abastecimentos dos comerciantes não se devendo cortar os abastecimentos normais.

4) Que a importação sofreu uma retracção em relação aos produtos sumptuários, produtos alimentares europeus, devido à diminuição dos consumidores.

5) Em relação a taxa postal não demos resposta prometendo estudar o assunto e comunicar o resultado. Até ver deveria continuar como antes.

6) Quanto à utilização das vias de comunicação terrestres, fluviais e aéreas indicaremos à frente.

Falou-nos dos saneamentos que apesar de alguns casos lamentáveis não teve consequências desastrosas.

Retomadas as conversações com todos os participantes e resolvido a questão dos quartéis a sair assim como a data limite da sua saída passou-se ao estudo mais a fundo das dificuldades a resolver para a realização das tréguas e do modo de vida.

Assim pediram a livre circulação dos seus meios de transporte sem controle por ser desgastante psicologicamente para os seus soldados. Garantiram que as colunas não eram para reforço de qualquer ordem mas apenas para o abastecimento em géneros e medicamentos.

Pediram que não se entrasse armado nos quartéis e que os comissários políticos e de um modo geral os camaradas que se deslocam nos centros urbanos fossem devidamente creditados para evitar desmandos em nome do P.A.I.G.C., de gentes estranha ao Partido.

Foi seguindo esta linha de raciocínio que o camarada Araújo fez uma intervenção clara e concisa da necessidade de resolver tudo com toda a franqueza e boa fé dentro do espírito da colaboração para eliminar qualquer desconfiança que pudesse perturbar as boas relações actualmente iniciadas. Para tal queríamos certificar dos boatos da existencia em Soga de elementos dos comandos especiais, fuzileiros navais e mais gentes a preparar-se para criar entraves ao acesso à independência da nossa terra. Que a democracia na Guiné significava entrega do poder ao P.A.I.G.C.

Propunhamos a deslocação imediata de uma delegação mista para contactar a realidade.

De regresso da comissão mista fomos informados que havia apenas 21 homens do Comando Especial Marcelino da Mata como garantia a delegação portuguesa. Mas, disseram que ainda se mantinham na Ilha de Soga apenas devido a falta de transporte. Tinham resolvido desmobilizá-los a devido a tais boatos. Retomadas as conversações passou-se a exposição de um regulamento de tréguas. Assim :

- 1-Achavamos que se poderia transformar as companhias africanas de serviço normal em unidades de produção desarmadas. Os que possuíssem profissão podiam ser progressivamente desmobilizados.
- 2-Em relação aos Comandos e Fuzileiros o nosso ponto de vista era que constituíam problemas graves que tínhamos de resolver.
- 3-As unidades de milícia já estavam a ser desmobilizadas o que indicava que em breve estaria resolvido o seu problema.
- 4-Tínhamos que regular não só a nossa presença em Bissau mas as normas de vida nos centros urbanos assim como responsabilizar as autoridades portuguesas pela vida, bens públicos e privados nas áreas ainda ocupadas por eles.
- 5-Criou-se uma zona de segurança de 3km à volta do quartel onde as tropas portuguesas podem fazer patrulhamento acrescido de uma zona tampão de 2km onde ninguém patrulharia.
- 6-Falou-se da necessidade de reagrupamento das tropas de ocupação.
- 7-Circulação dos comboios fluviais e terrestres: devem circular livremente sem controlo. Só em casos particulares o faremos. Dever-se-iam fixar as estradas e rios que podiam ser utilizados.
- 8-Circulação aérea : está interdito o voo de aparelhos armados e os voos de reconhecimento e treino para além da zona de Bissau. São permitidos voos de evacuação para aparelhos desarmados.
- 9-Interdição da entrada em quartéis de camaradas armados à excepção dos responsáveis que poderiam ir munidos de arma de defesa pessoal.

... / ...

10-Regulamentação da justiça

Devemos ressaltar da resposta da parte portuguesa os seguintes pontos:

1-Troca de prisioneiros: Queriam que se fornecesse a lista dos seus prisioneiros.

2-Pararam os voos de reconhecimento terrestre mas mantêm o da fronteira marítima.

Nós indicamos que podiam manter a fiscalização da fronteira marítima a Norte da Ilha do Como incluindo o Arquipélago dos Bijagós.

Quanto a marinha podiam manter a fiscalização da fronteira marítima incluindo as embocaduras dos rios.

3-Informaram que ainda iam chegar duas companhias para substituir um batalhão do exército. Na marinha eram esperadas ainda uma formação de comandos (especialistas) e um pelotão assim como quatro barcaças de desembarque.

4-Desminagem de todos os campos de minas e não colocação de novas.

5-Pediram a neutralização dos meios convencionais anti-aéreos e dos mísseis.

6-Utilização das estradas pelos nossos carros .

Pedido de circulação nas vias a seguir indicadas:

1. Bissau - Bula
2. Feixeira/Cacheu
3. Bula/S.Vicente/Ingoré
4. Safim/Mansoa/Bissorã/Olossatu
5. Bissorã/Biambi/Encheia
6. Mansoa/Mansabá/Parim/Cuntima
7. Mansoa/Portugole
8. Parim/Binta/Guidage
9. Jugudul/Polbac
10. Mansabá/Bafatá
11. Bafatá/Cuntubuel/Cambaju(até Fajonquito)
12. Cuntubuel/Sare Bacar
13. Bafatá/Sonaco/Pirada
14. Bafatá/Nova Lamego/Piche
15. Nova Lamego/Pirada
16. Nova Lamego/Cabuca
17. Nova Lamego/Ganjadudo
18. Xime/Bafatá
19. Bafatá/Galomaro/Gan Coli
20. Banbadinca/Saltinho/Xitole
21. Buba/Aldeia Formosa/Saltinho
22. Aldeia Formosa/Cunbijan
23. Catió/Gufar

... / ...

Acordamos na abertura, reparação e circulação de todas as estradas propostas. Insistiram na necessidade da abertura imediata da via Bafatá/Mansabá.

Em relação aos rios aceitamos todas as propostas a excepção da abertura do rio Corubal. São as seguintes as vias pedidas:

- a) Acesso aos portos de Bissau, Bolama e Susana
- b) Acesso aos portos do Arquipélago dos Bijagós
- c) Ligação entre os rios a referir:
  1. Cacheu a Farim e os afluentes Befnam até Susana, rios Grande e Pequeno que levam a S. Domingos.
  2. Rio Armada até a retirada de Bissum
  3. Rio Mansoa até Mansoae os afluentes Baboque até T. Pinto e os canais de Geta e Pecixe.
  4. Rio Geba até Bafatá e os seus afluentes Canal do Enxudê, Canal do Furc e do Porto (acesso a Buba).
  5. Rio Grande de Buba e os afluentes Lengueté até Umapada, rio Fulacunda e Rábeira da Lala (acesso a Nova Sintra).
  6. Rio Tombali até a foz do rio Cabado (Catió).
  7. Rio Catió
  8. Rio Cunbujam até Bedanda

Queriam que se garantisse a circulação de barcos civis isolados e deram instruções no sentido de utilização de todas as estradas pelos carros particulares, taxis, etc.

Queriam conservar para o final da retirada Bissau, Bolama e Caravela.

No que se refere as unidades militares dividiram-nos em três partes:

Os milicianos : desde que entreguem as armas e equipamentos seriam desmobilizados recebendo o seu pré até Dezembro com a obrigação de trabalharem na agricultura, em campos próprios.

O exército regular africano: poderiam passar a disponibilidade se o quisessem com um mês de férias pagas. Estavam indeferindo requerimentos para readmissão e a desmobilizar os readmitidos.

No que se refere aos da engenharia queriam torná-los especialistas (intendência, material, etc).

Comandos e outras unidades especiais: tinham apresentado um pedido para participarem nas negociações o que lhes foi recusado.

A marinha através do seu comandante Almeida Bessa prometeram deixar os dispositivos que constituiria o embrião da nossa futura marinha. Incluía nisso os meios de reparação, manutenção e serviços de intendência.

Tinham começado a africação dos quadros no sistema de assistência oficial onde havia cerca de 900 elementos dos quais apenas 50 eram portugueses.

Queriam os fuzileiros africanos em marinheiros, patrões dos barcos, fo-  
.../...

gueiros, etc. Queriam preparar o pessoal para guarnecer as unidades navais que iriam deixar. No entanto queriam pedir a nossa intervençao junto do pessoal da marinha que havia reduzido o ritmo de trabalho.

A sessao de dia 16 terminou com a nossa informaçao de que pensavamos enviar um camarada munido de telex que faria as vezes de correspondente Rádio Libertaçao e como resposta o brigadeiro Pabião manifestou o desejo de ver numa visita de dois ou tres dias de alguns técnicos superiores, médicos, agrónomos, economistas assim como alguem que pudesse inteirar-se dos problemas da marinha em especial dos serviços officinais. Manifestou também o desejo da tomada progressiva dos serviços da policia.

A terceira e última reuniao começou às 11h 30m do dia 18 do corrente mês.

Começou-se por saudar a formaçao do novo governo e manifestar esperanças de que haveria uma abertura no sentido da resoluçao dos problemas que Portugal tem em África, esperanças aumentadas uma vez que a principal figura e várias outras do M.F.A. integravam no novo Governo.

A seguir passou-se a resoluçao dos problemas pendentes. Concordou-se finalmente na substituiçao de Biambi por Nova Sintra. Aceitaram a retirada de mais duas guarniçoes asde Cumbijan e Culbia para facilitar algumas populaçoes como a de Nhocuba a desenvolver os seus trabalhos agricolas. Pela mesma razao pedia-se a garantia para os agricultores de Cabixanque e Cadique lavrarem as suas antigas bolanhas apesar da manutençao dessas duas guarniçoes para a segunda fase da retirada. Pediram o envio um comissário político para ir resolvendo os problemas surgidos uma vez que estariam a aguardar apenas a partida.

Pedimos que nos fornecessem o calendário das evacuaçoes ou avisarem com certa antecedência da saida dos aquartelamentos para que pudessem estar presentes camaradas nossos para a cerimonia da entrega assim como para evitar roubos e desmandos possíveis nessa altura e mais, garantir a continuaçao em funcionamento de todas as infra-estruturas (central electrica, posto sanitário, escola, etc.).

Definiu-se mais claramente a utilizaçao das estradas que deixariam de ser necessárias para eles desde que retirassem os quartéis localizados na área.

A marinha informou que havia carreiras que apenas serviam a populaçao pelo que deveriam ser mantidas. Acrescentaram que as cargas eram acompanhadas pelo pessoal civil para as guardar. Iriam fornecer o quadro.

Na via terrestre também os comboios de abastecimento eram guardados para evitar desfalque.

Dissemos considerar muito importante as medidas tomadas em relaçao a marinha mas achávamos conveniente promover um encontro entre uma delegaçao nossa e uma delegaçao portuguesa para discutir problemas técnicos. Não  
...../.....

obstante consideravamos necessária a continuação em actividade dos 50 técnicos portugueses.

Pensavamos que era necessária também promover uma reunião com figuras representativas das classes dos funcionários, comerciantes e outras para falar das futuras estruturas administrativas.

O brigadeiro Fabião informou que havia uma companhia, a Trans-Guiné que queria produzir tomate e pimento em Bafatá e uma outra que queria produzir caju em Banbadinca. Aquela queria comprar dois barcos que fariam a ligação entre a Guiné e Portugal mas queriam registá-los na nossa terra. A Companhia de cervejas CIGER queria também estabelecer contactos directos.

Passamos a expor as medidas a tomar para estabelecimento de regras de vida durante o periodo de tréguas.

Achavamos necessário o fornecimento de um mapa de reagrupamento das tropas que prometeram entregar até fins de Agosto por pensarem que poderiam avançar para além do planeado, nas evacuações.

Passamos a análise da situação das tropas africanas de tempo normal que deveriam ser divididos em dois grupos:

1) Os de origem camponesa que deveriam ter um estatuto semelhante ao dos milicianos.

2) Os de origem não camponesa que deveriam ser mantidos em serviço, desarmados, dando-se-lhes uma formação profissional ou técnica. Os que possuissem uma profissão poderiam ser desmobilizados e integrados nos serviços. Essas medidas foram pensadas para evitar o engrossamento da coluna dos desempregados. Para os readmitidos a solução seria idêntica.

A opinião da parte portuguesa é de que havia muitos que tinham profissão. Queriam no entanto constituir cursos de agentes técnicos de engenharia visto que o batalhão de engenharia estava bem dotado tanto em material como em quadros.

Gostariam que se estabelecesse contactos entre responsáveis do ensino e Saúde seus e nossos uma vez que queriam constituir cursos acelerados de enfermeiros e ajudantes de enfermeiro a nível de milicianos e soldados e também de monitores do ensino.

Seguindo na nossa exposição manifestamos o desejo de que Comandos de Operações Especiais ficassem na ilha de Soga por enquanto. Informaram-nos que apenas 14 faziam parte do grupo antigo e que o seu antigo comandante, o criminoso Marcelino da Mata ficaria em Portugal. Quanto ao Belete informaram-nos que apanhara uma soya mestra que o deixara cego e inutilizado fisicamente. Não possuía grupo especial utilizando para as suas acções os milicianos de Quinara.

Informaram-nos que havia uma certa agitação à volta de problemas relacionados com as terras do cultivo em Bula e que a população pedia o regresso do Marcelino Delgado que é mancanha, tribo dos donos da terra. Entretanto ele, o encarregado do Governo não estava de acordo esperando a nossa decisão. Que o mesmo Marcelino Delgado havia sido proposto para administ-  
.../...



de T. Pinto e que a população recusara. Estivemos de acordo que o conservava-se em Bissau.

Quando atacamos o problema dos Comandos Africanos explicaram-nos que os chamados Fuzileiros Especiais era um grupo de gente escolhida pelo Comando da Marinha entre os mais habilitados e capazes e que haviam recebido uma formação intermédia entre Fuzileiro Naval e Fuzileiro Especial. Era precisamente nesse grupo que pretendiam formar gente nos cursos atrás referidos dado os seus conhecimentos e o maior contacto com a água.

Quanto aos Comandos Africanos fizemos a delegação portuguesa ver que era um problema do Governo português e o mais grave no que se refere às tropas africanas. No entanto apesar de termos tentado contactar antes do 25 de Abril não o consideravamos uma força mas parte integrante dumá máquina militar que foi derrotada.

Queríamos agir com eles na base da lealdade, sem quaisquer manobras, mantendo informado as autoridades portuguesas de todas as demarches feitas. Queríamos encará-los como casos humanos que careciam de solução mas não seriam integrados como unidades militares para termos necessidade no futuro de fazer saneamentos como estava acontecendo agora no exército português.

No ponto seguinte queríamos saber o que se havia decidido em relação às pensões de sangue e invalidez ao que responderam que se iria propor a continuação do pagamento. Demos uma ideia

Demos uma ideia dos nossos pontos de vista em relação aos funcionários que não eram do quadro permanente, sobre as propriedades, zonas de segurança e tampão, voos de aparelhos desarmados, neutralização dos meios anti-aéreos, do acesso às fontes e lenha, da reparação das pontes e estradas, dos furos artesianos.

Sobre este último ponto vão fazer um estudo mas gostariam que um agrónomo fosse inteirar-se da problemática agrícola dando directrizes.

Queriam avisar da utilização de aviões T6 (caçadores) na evacuação e a marinha queria saber se podia fazer levantamentos hidrográficos. Em caso afirmativo avisar com antecedência para poderem trazer elementos para a reunião dos quadros da marinha nossos e seus.

No final da reunião fez-se referência ao clima de compreensão em que decorreram as conversações e reafirmamos a nossa confiança no Governo recém-formado na solução do conflito que nos opõe. Advertimos que uma grande ameaça pairava sobre as soluções encontradas para um modus vivendi pois que tudo dependia do resultado das negociações.

Reafirmamos a necessidade de o Governo português reconhecer a República da Guiné-Bissau no direito à independência do Povo de Cabo Verde sob a égide do P.A.I.G.C. , dentro do quadro da descolonização geral .

As condições que exigíamos eram bastante razoáveis e esperavamos que após a resolução do conflito teríamos tempo de estudar acordos de coc-

...../.....

peração sob todos os aspectos.

Queríamos afirmar que a nossa sociedade é e será multi-racial mesmo na independência.

Con

#### CONCLUSÕES

1. Pensamos que as autoridades portuguesas estavam movidas do desejo sério de evacuarem progressivamente da nossa terra.
2. Que o queriam fazer na melhor ordem
3. Pensamos necessário a promoção de encontros com as seguintes entidades: marinha, ensino, saúde, funcionários, companhias privadas, etc.
4. Pensamos que seria necessário na nossa rádio confeccionar programas para:
  - a) conter o roubo
  - b) exigir a ordem pública
  - c) desmascarar o extorquidores (compradores dos impostos do chão, passadores de requisição em nome do PAIGC )
  - d) esclarecimento da opinião pública, funcionários e estrangeiros na nossa política futura.
  - 5) tomar medidas imediatas para informar todas as frentes e sectores de luta interessados das medidas tomadas nos contactos realizados .
  - 6) Pedir os elementos prometidos : estudos, mapas, folhade serviço dos Comandos Africanos, funcionários, etc.
  - 7) estudar e dar resposta as questões postas : questão postal, abertura da estrada Mansabá/Bafatá, regulamento de vida para as zonas a evacuar, etc

Conakry, 22 de Julho de 1974.-

O RELATOR,

Mário Cabral